



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

BUDISMO E GÊNERO: DIÁLOGOS E PLURALIDADES

Cibele Elisa Viegas Aldrovandi*

Estela Piccin**

Nirvana de Oliveira Moraes Galvão de França***

O Dossiê *Budismo e Gênero: Diálogos e Pluralidades*, da Revista Mandrágora, organizado por Cibele Elisa Viegas Aldrovandi, Estela Piccin e Nirvana de Oliveira Moraes Galvão de França, aborda diferentes aspectos da questão de gênero associados à tradição budista com vistas a apresentar às leitoras e aos leitores as mais recentes reflexões acerca desta temática, ainda pouco conhecida e debatida em nosso país.

A questão de gênero permeia as mais diversas tradições religiosas e o budismo, em suas mais variadas formas, não está fora dessa discussão. Apesar de o Buddha ter fundado uma comunidade quádrupla, formada por monges, monjas, leigos e leigas, recorrentemente ocorre uma marginalização do feminino e da pluralidade de gênero pelo sistemático apagamento da sua presença nos textos clássicos.

O berço do budismo é a Índia antiga, onde o príncipe Siddhārtha Gautama viveu por volta dos séculos VI-V antes da Era Cristã. Após renunciar à vida palaciana e passar anos em busca do conhecimento mais elevado, ele alcançou a Iluminação e passou a ser conhecido como o

* Doutora – USP.

** Doutoranda em ciências da Religião – UMESP.

*** Doutoranda em ciências da Religião – UMESP.



Buddha Śākyamuni. Ali ele proferiu muitos sermões cujos ensinamentos, preservados pelos seus discípulos mais próximos, formaram a base filosófica das correntes do budismo que se desenvolveram a partir daquela época. Nos séculos seguintes, peregrinos e peregrinas levaram o budismo para as demais regiões da Ásia e, bem mais recentemente, ele chegou ao Ocidente.

As fontes escritas mais antigas da civilização indiana fornecem um panorama da situação das mulheres no período védico-bramânico, em que o Buddha viveu, são, por vezes, bastante abreviadas e, quase sempre, associadas a algum personagem masculino de maior notoriedade. Uma das principais razões para essa aparente sujeição das narrativas sobre personagens femininas às histórias de personagens masculinos ocorreu porque a quase totalidade dessas fontes escritas foi produzida e compilada por homens e, portanto, pertence ao universo masculino e patriarcal daquele período histórico, que muitas vezes procurou silenciar as vozes femininas.

As fontes budistas seguem esse padrão, elas contêm narrativas sobre mulheres, produzidas e preservadas nos *Vinaya*, os códigos de conduta, e nos *Sūtra*, que contêm as narrativas sobre a vida do Buddha. No entanto, em sua quase totalidade, são fontes produzidas, compiladas e preservadas pelos discípulos do Buddha e monges dos períodos subsequentes. Essas fontes apresentam personagens femininas associadas de alguma maneira ao Buddha, possibilitando compreender melhor os papéis sociais das mulheres dentro do contexto histórico bastante heterogêneo daquela época. Entre as mais conhecidas estão a rainha Māyā ou Māyādevī, a esposa do rei Śuddhodana e mãe de Siddhārtha Gautama; bem como a tia do Buddha, Mahāprajāpatī Gotamī, a segunda esposa do rei Śuddhodana e mãe de criação de Siddhārtha, que se tornou a primeira monja budista, fundadora da primeira ordem feminina. Há também Yaśodharā, a esposa do príncipe Siddhārtha e mãe de Rāhula. Mas temos, também, mulheres que escapam ao estereótipo de esposas e mães, como **Āmrapālī**, uma célebre cortesã da antiga cidade de Vaiśālī, onde o Buddha proferiu seu último sermão; ou a monja Utpalavarṇā que aparece no episódio em que o Buddha retorna do Paraíso Trāyastriṅśa e que, em algumas narrativas, aparece associada a uma troca de gênero.



Além desses exemplos, existem muitas outras personagens femininas de relevância no budismo. Como veremos em alguns artigos do presente Dossiê, apesar do contexto social adverso e opressivo em que viveram, muitas daquelas mulheres possuíam personalidades fortes e corajosas que foram capazes de romper com os ditames do patriarcado.

Entre as fontes escritas antigas que chegaram até nós, particularmente os códigos religiosos e os épicos, são elencadas uma série de tipologias sociais femininas presentes na antiguidade indiana, que revelam também a pluralidade de papéis desempenhados por mulheres. Mas também se encontram, ali, versos bastante depreciativos e excertos difamatórios sobre as mulheres. Os códigos de lei também fornecem uma série de regulamentos relacionados, por exemplo, às atividades interditas às mulheres menstruadas, grávidas ou puérperas, que são consideradas poluídas e devem, por isso, ser parcialmente removidas do convívio cotidiano e dos rituais. Enquanto isso, as mulheres eram mantidas em seus espaços domésticos, refreadas pelos autores misóginos dos *Dharmaśāstra* que, inicialmente, tinham caráter de manuais normativos, mas que, no decorrer do tempo, se estabeleceram como códigos sagrados de lei.

Nos épicos, como o *Mahābhārata*, os extratos mais antigos exaltavam as mulheres de muitas maneiras, como superiores a seus esposos, condenando os homens que as difamavam. No entanto, textos interpolados posteriormente descrevem as mulheres como naturalmente sensuais, sexualmente insaciáveis e ansiosas em seduzir os homens. A sociedade elogiava a mulher fecunda e casta por dar continuidade às linhagens familiares. No entanto, isso levou à percepção de que as mulheres estavam associadas ao mundo material e que o ciclo menstrual e o parto restringiam seu crescimento espiritual.

O *Arthaśāstra*, por exemplo, sancionava a poligamia desde que o marido cuidasse de todas as suas esposas, mas não reconhecia a poliandria. Muito embora, Draupadī, a grande heroína do *Mahābhārata*, seja um claro exemplo de poliandria. Nesse sentido, os excertos mais tardios dos épicos revelam que as mulheres eram definidas por seus papéis como mães, esposas e filhas dedicadas e leais, e que seu *dharma* (dever) consistia em serviço altruísta à família. Naquela sociedade



patriarcal, era o casamento e a maternidade que dotavam as mulheres de uma fonte de autoridade e esse amor materno ainda é valorizado e considerado superior a todos os demais na Índia até os dias de hoje.

No entanto, durante o primeiro milênio a.C., a sociedade passou a ter um grande respeito pelos homens e mulheres celibatários (*saṅnyāsin*). Os deveres sociais impostos às mulheres certamente atrapalhavam aquelas que tinham um maior interesse pela vida ascética de meditação. O *dharma* doméstico das mulheres associava-as ao lar, como cuidadoras dos filhos, filhas e dos idosos e idosas, portanto poucas mulheres podiam deixar de lado esses afazeres domésticos em busca da realização espiritual. Assim, a longa experiência de desigualdade de gênero no subcontinente indiano teve suas raízes estabelecidas durante o período védico-bramânico.

O budismo nasce nesse período, em meio a um contexto de grande desigualdade social e de gênero. Mas enquanto a vida de eremita era considerada necessária para o homem de meia-idade, e inacessível a mulher, a nova tendência social de retiro ascético e especulações filosóficas entre os jovens e as jovens representava uma séria ruptura da vida familiar para aquela sociedade, como aquela ocorrida com o príncipe Siddhartha, que aos 29 anos abandonou seu palácio em busca da Iluminação, ou seja, bem antes dos 60 anos prescritos pelos códigos de conduta.

Apesar da existência de sociedades regionais poliândricas, matrilocais e matrilineares de origens autóctones e dravídicas datadas de períodos pré-védicos, bem como de enclaves mais tardios de monjas budistas, jainistas e hindus, as muitas camadas da sociedade patriarcal dominante foram alicerçadas pela adoção de valores culturais e religiosos provenientes da chamada “bramanização” do subcontinente indiano. Tais elementos tiveram efeitos duradouros na vida das mulheres indianas estabelecendo paradigmas de conduta e de educação a partir das hierarquias e das normas de gênero.

No entanto, a partir das narrativas presentes nas fontes textuais da Índia antiga, é possível depreender que as mulheres ocupavam posições plurivalentes e, muitas vezes, paradoxais naquela sociedade. Essa ambiguidade também fica evidenciada em muitas outras sociedades,



em regiões e períodos históricos mais recentes, onde as questões de gênero se revelam em formas mais explícitas ou mais veladas.

Como veremos nos textos aqui apresentados, no budismo contemporâneo isso se reflete nas estruturas institucionais de caráter patriarcal como, por exemplo, em questões de educação e formação de professoras e professores ou em outros cargos de liderança. Os problemas também permeiam as questões de ordenação monástica, educação superior, entre outros. Adentrar esse debate é trazer luz a todas essas questões, que vêm sendo tratadas pelas acadêmicas e acadêmicos na comunidade internacional durante as últimas décadas. Um debate ao qual o Brasil passa a participar e contribuir efetivamente a partir de 2023, durante o “1º Seminário Internacional Sakyadhita no Brasil: Diálogos e Pluralidades” e que, agora, toma forma material na publicação deste Dossiê.

Nesse sentido, as pesquisas aqui apresentadas contribuem para ampliar a compreensão acerca das formas como se articularam, no passado e no presente, as questões de gênero associadas ao contexto do budismo, nas mais diferentes regiões e períodos históricos. Ao mesmo tempo, esses estudos permitem desvelar experiências e vivências contemporâneas do budismo valendo-se de diferentes abordagens, que combinam áreas e disciplinas conexas, trazendo análises intrigantes e revelando resultados bastante originais.

No que concerne aos artigos que envolvem a relação entre budismo e gênero temos, inicialmente, o artigo de Nirvana de Oliveira Moraes Galvão de França, *A marcha das mulheres: vitórias e conquistas da luta pela fundação da comunidade monástica feminina budista* que elabora uma análise contextual pormenorizada dos textos canônicos sobre o assunto e propõe uma avaliação da situação socioeconômica das mulheres durante a época do Buddha histórico para, em seguida, explorar a fundação da primeira comunidade monástica feminina budista, por Mahāprajāpatī Gotamī, com vistas a compreender suas motivações e seu impacto no cenário monástico, discutindo os desafios enfrentados pelas mulheres durante a sua inserção na vida monástica. A autora traça um perfil revolucionário da personagem histórica, revelando uma mulher capaz de expressar autonomia e desejo espiritual, a partir de



seu próprio impulso interno e não baseado nas circunstâncias sociais externas. Isso evidencia uma postura claramente diversa daquela esperada de uma rainha da antiguidade revelando um movimento feminista muito anterior ao movimento reconhecido no ocidente. Ao utilizar uma abordagem qualitativa, baseada na análise de textos antigos e modernos associados a documentários e registros históricos relevantes, a pesquisadora confirma a necessidade de uma compreensão mais aprofundada sobre a fundação monástica feminina, oferecendo uma perspectiva que valoriza as contribuições femininas e incentiva o reconhecimento e apoio às mulheres na espiritualidade budista contemporânea.

Também partindo da análise de antigas fontes textuais budistas, o texto *Filhos e Filhas da Linhagem de Buddhas pela Mãe Sabedoria: a linguagem inclusiva e o feminino na voz do Sutra do Coração da Perfeição de Sabedoria, Bhagavatī Prajñāpāramitā Hṛdaya Sūtra*, de Estela Piccin, tece uma detalhada investigação dos elementos femininos presentes no importante Sutra do Coração, da tradição do budismo Mahāyāna, evidenciando o uso da linguagem inclusiva e suas implicações para essa tradição e para as mulheres. Para tanto, a autora compara versões de uma perícope do Sutra em suas línguas originais propondo, entre outras coisas, que o Mahāyāna está correlacionado à imagética feminina dos Sutras da *prajñāpāramitā* desde seus primórdios e que o Sutra do Coração é uma composição produzida a partir de sutras maiores da *prajñāpāramitā* para fins mnemônicos. Com base nessa constatação, verifica-se que em algumas versões a ausência da linguagem inclusiva na pergunta de Śariputra e sua presença na resposta de Avalokiteśvara testemunha a posição do Mahāyāna de abarcar as mulheres em oposição a outras correntes de pensamento budistas daquela época, concluindo que ouvir a voz do sutra como masculina ou feminina é uma questão cultural.

Em seguida, *A presença feminina na Terra Pura: alteridades, tensões e (re)aproximações*, de Fernando Rodrigues de Souza fornece uma meticolosa análise das tensões, disputas e aproximações da presença feminina ao longo da história na doutrina da Terra Pura. Tendo como ponto de partida a constatação de que todas as grandes religiões surgiram de culturas patriarcais e androcêntricas, e que esse status permanece em muitas delas até os dias atuais, o autor remonta aos



primeiros apontamentos sobre a questão na Índia antiga, investigando a presença feminina nos ramos *Theravāda* e *Mahāyāna*. Em seguida, passa a uma discussão sobre a chegada do budismo no Japão durante o século VI, que envolve a presença de cinco monjas coreanas, bem como seu desenvolvimento e as tentativas de conciliação em época medieval em relação às mulheres. Segue-se uma detalhada análise sobre a situação das mulheres no budismo da Terra Pura a partir dos escritos dos patriarcas dessa escola passando, a seguir, a abordar as mudanças hermenêuticas ocorridas na modernidade. Entre as questões abordadas, está a necessidade ou não da transformação de mulheres em homens, como forma de se alcançar o renascimento no paraíso da Terra Pura. Por fim, o autor analisa a presença e atuação femininas em uma das missões da Jōdo Shinshu no Brasil, a partir da década de 1950, observando que apesar de certos avanços em relação às questões de gênero e de ser considerada a mais aberta das ordens japonesas, ainda se verificam muitas disparidades entre os gêneros mas que, ao mesmo tempo, a possibilidade atual de mulheres serem ordenadas e atuarem como liderança religiosa demonstram uma abertura considerável para a atuação de mulheres responsáveis pelo ensino na tradição, para além do escopo administrativo, onde muitas delas historicamente estão situadas.

Já no âmbito brasileiro, o artigo de Maria Aparecida de Souza e Maurício de Oliveira Filho, “*Não sabia que aceitavam pessoas morenas nessa religião de branco e japonês*” – a *Soka Gakkai* e o budismo negro na vida de três mulheres periféricas oferece uma discussão imprescindível sobre a presença feminina negra na maior corrente budista no Brasil, com foco no budismo leigo da Associação Brasil SGI (BSGI). Ao investigar essa intersecção entre budismo, gênero, classe, raça e etnia, o estudo apresenta uma contextualização da SGI e da mudança no seu perfil ao longo das gerações de adeptos durante sua expansão no Brasil, em particular entre pessoas pretas e periféricas, o que é discutido em termos da existência, em certos contextos, de um *budismo negro* no país, sobretudo no que tange as aspirações e a organização de sua comunidade. Ao apresentar uma interessante entrevista sobre a vivência de Rosa, Violeta e Margarida, três mulheres negras da periferia de Orquidácea do Sul em sua experiência religiosa cotidiana, os autores



desvelam as complexidades das intersecções a que se propõem nesta análise. Apesar disso, os pesquisadores observam que a BSGI ainda mantém uma estrutura organizacional patriarcal, embora exista uma retórica pública de igualdade de gênero. Nesse sentido, mais do que uma misoginia explícita, existe e persiste uma forma mais velada de antifeminismo, nem por isso menos problemática.

Nesse sentido, o estudo e a análise de Átila Augusto dos Santos apresentados em *Conexões interseccionais no budismo brasileiro: desafios e reflexões preliminares*, vem ao encontro da temática desenvolvida no artigo anterior fornecendo um elaborado painel das intersecções entre gênero, raça e classe social no budismo brasileiro ainda bastante escassas em nosso país. Partindo dos dados mais recentes disponíveis para pesquisa, o autor apresenta e discute tais questões partindo de uma abordagem estatística interseccional baseada em dados do IBGE, do SIMPT e de currículos *Lattes*, incorporando perspectivas de pesquisas recentes e contribuindo efetivamente para um entendimento mais amplo das dinâmicas que influenciam o budismo transplantado e abasileirado. Por um lado, essas intersecções permitem ao pesquisador explorar a questão da heterogeneidade do budismo no Brasil, uma vez que os dados analisados apontam para uma maior presença de budistas em São Paulo, em particular, entre mulheres e negros/as. Por outro lado, a pesquisa também evidencia um interesse acadêmico crescente, com o número de dissertações e teses sobre budismo saltando de 141, em 2022, para 172, em 2023, o que também traz luz sobre como essas dimensões interagem tanto na prática budista, como no campo acadêmico. A partir dessa análise, o autor conclui que apesar dos dados demográficos ressaltarem a diversidade dentro do budismo em São Paulo, demonstrando que a religião atrai uma ampla gama de pessoas, também evidencia uma persistência das barreiras de classe e raça, com uma maioria de budistas ainda vivendo em condições desiguais.

Em seguida, os dois próximos artigos discutem, a partir de uma perspectiva dialógica, a possibilidade da aplicação de conceitos filosóficos do budismo no contexto brasileiro, relacionados às questões de gênero.

No artigo *Consentimento e autonomia corporal da mulher no contexto brasileiro a partir de uma perspectiva do Budismo Mahāyāna*



Geluk, Magda Loureiro Motta Chinaglia e Patricia Guernelli Palazzo Tsai convidam-nos a refletir acerca do reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil, que ainda encontram muitas barreiras e são considerados tabus em nossa sociedade, observados a partir de uma perspectiva budista que elabora a noção de igualdade entre mulheres e homens estabelecida pelo Buddha. Em um primeiro momento, as autoras desenvolvem uma pesquisa bibliográfica e documental elaborando um breve histórico dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, assim como consideram as barreiras ao reconhecimento desses direitos e seus impactos diretos nas desigualdades de gênero e, mais especificamente, na autonomia corporal da mulher. Elementos esses que marcam a sociedade brasileira e impõem inúmeros impedimentos ao reconhecimento e ao exercício pleno dos direitos das mulheres, uma vez que a divisão de papéis entre mulheres e homens permanece predeterminada pelas diferenças biológicas e é reforçada por questões sociais e culturais. Em seguida, as pesquisadoras apresentam uma perspectiva do budismo *Mahāyāna Geluk* na qual se introduz a noção de igualdade entre mulheres e homens estabelecida pelo Buddha e, mais especificamente, as contribuições de Je Tsongkhapa no tocante ao consentimento das mulheres em relação à conduta sexual, assim como discutem outras escrituras budistas que estabelecem esse princípio norteador da equanimidade, uma vez que o budismo preconiza a natureza não inerentemente existente do ser do gênero masculino ou do gênero feminino, o que abre uma relevante oportunidade de debate sobre a autonomia corporal e o empoderamento das mulheres na contemporaneidade brasileira.

Em *Meditação budista sobre o Sofrimento: A ferramenta contemporânea do Gênero*, de Fernanda Marina Feitosa Coelho e Jonathan Jesse Raichart, propõe uma reflexão sobre o aprendizado sobre gênero como uma ferramenta útil para o aprofundamento da meditação analítica (*vipāśyanā*) sobre o sofrimento humano. A análise discorre, inicialmente, sobre a Verdade do Sofrimento, a primeira das Quatro Nobres Verdades conforme apresentada pela referida escola tibetana. Em um segundo momento, a autora e o autor discutem os Tipos de Sofrimento a partir da mesma perspectiva. Por meio de uma breve apresentação do ima-



ginário brasileiro sobre características femininas e masculinas, obtido por questão aberta apresentada aos praticantes de uma comunidade budista paulistana, a discussão aponta a utilidade do tema para uma melhor compreensão dos sofrimentos contemporâneos nos quais “os estereótipos de gênero reforçam uma dinâmica entre aquilo que é masculino em contraposição ao que é feminino de maneira que o primeiro seja superior em relação ao segundo, favorecendo dinâmicas de dominação, violência, exclusão e morte”. A partir disso, propõe uma análise transversal, evidenciando a Educação de Gênero como ferramenta útil para o aprofundamento das reflexões e meditação analítica sobre o sofrimento do nascimento, envelhecimento e adoecimento relacionados ao feminino ou à tentativa de conformação de um formato fixo para vivenciar questões de gênero.

Completando e articulando-se tematicamente a este dossiê encontra-se *O tantra de Tārā – uma buda em forma feminina*, de Tattiane Yu Borges Marques, que nos apresenta uma resenha do livro *O Tantra de Tārā – Texto Ritual Fundamental de Tārā (Tārā-mūla-kalpa) – Parte I: O Tantra Raiz*, de Susan A. Landesman e traduzido para o português por Patrícia Guernelli Palazzo Tsai. A autora nos lembra, logo de início, que embora esta obra não aborde diretamente *Tārā* sob uma perspectiva de gênero, ela se torna uma referência fundamental para estudos acadêmicos dentro dessa abordagem. Isto porque trata-se de uma obra cuja pesquisa está especialmente voltada para uma figura feminina de Buddha e, portanto, possui extrema importância para as mulheres budistas, se atentarmos para o fato de que *Tārā* é considerada uma das primeiras representações femininas iluminadas nos tantras budistas, senão a primeira. Dessa maneira, a personificação de *Tārā* como um Buddha em forma feminina desafia percepções equivocadas associadas à identidade de gênero da época, enfatizando os ensinamentos que promovem a prática da compaixão e da equanimidade, capacitando as mulheres a atingirem seu potencial máximo ao seguir o caminho em direção à iluminação, algo que lhes foi negado e que representa uma importante luta de gênero, qual seja, aquela de tornar possível o completo despertar para as mulheres.



Para finalizar, é importante notar que diversas palavras de origem sânscrita, chinesa, tibetana e japonesa, utilizadas nos diversos artigos aqui presentes, foram transcritas de formas distintas por cada pesquisador, pois existem diferentes formas de transliteração e de transcrição academicamente aceitas. Por essa razão, optamos por respeitar a escolha feita por cada uma das autoras e autores.

Esperamos que este novo número da Revista Mandrágora sobre as questões que permeiam o budismo e gênero possa auxiliar aqueles que pesquisam esse universo e estimular novos/as pesquisadores a investigar essas conexões ainda tão pouco estudadas em nosso país.

Boa Leitura!